

Economistas dizem que Brasil é o país da AL que mais sofre com crise na Ásia

Seminário da FGV mostra que Argentina, Chile e México controlam melhor déficit

Guto Costa

Germana Costa Moura

• Inveja. Essa foi a palavra mais repetida pelo economista Carlos Langoni, do Centro de Estudos Internacionais da FGV, ao analisar a situação de Chile, Argentina e México após a Crise da Ásia. Os três países passaram com louvor no teste internacional, ao superarem os dias de baixas na bolsa sem sacrificar demais o crescimento econômico e aumentar o desemprego. O seminário "A crise asiática e a América Latina", realizado ontem no Rio, deixou claro que o Brasil, embora esteja na direção correta, é o país que ainda causa mais preocupação no continente e o que sairá mais prejudicado da turbulência global.

Déficit fiscal caiu em quase todo o mundo, menos no Brasil

A grande diferença entre o Brasil e seus vizinhos é o controle do déficit fiscal. Como alertou o consultor argentino Miguel Angel Broda, nos últimos cinco anos praticamente todo o mundo conseguiu reduzir o déficits fiscal, com exceção do Brasil. É isso que obriga o Governo a manter os juros em 28%, enquanto a Argentina e o Chile não passam dos 7,5% anuais.

— A questão do déficit é o ponto mais frágil, ou o menos favorável, da política econômica. As medidas até agora foram apenas episódicas — explicou Langoni, frisando, porém, que o Brasil também reagiu bem à crise, mas pagará um preço com a perda de crescimento econômico.

Por sua vez, o ministro da Fazenda Pedro Malan afirmou que o déficit está sendo combatido, mas o resultado será demorado.

— O déficit envolve as contas do Governo federal, dos governos estaduais e de 5,525 municípios. Já fechamos acordos com os governadores, aceleramos as privatizações e trabalhamos pela aprovação da reforma. Esses resultados serão colhidos a médio prazo. É isso que importa, porque a economia não se move pelo calendário gregoriano — ironizou.



O MINISTRO PEDRO Malan, ao lado do economista Carlos Langoni: resultado das reformas virá a médio prazo

O tempo é mesmo o "xis" da questão, que põe o Brasil em desvantagem em relação aos países vizinhos. Em primeiro lugar, como destacou Carlos Langoni, todos eles se lançaram antes no processo de estabilização, a começar pelo Chile que baixou a inflação ainda na década de 1980. Além disso, a crise do México, em 1994, afetou muito mais a Argentina do que o Brasil e obrigou o Governo Menem a promover uma reestruturação profunda. Resultado: o país se preparou melhor para a nova crise internacional.

— Nos 50 primeiros dias após a crise do México, não houve um só dia sem novidades na área econômica. Sentimos os efeitos na época, mas o país se recuperou. As reservas, por exemplo, caíram de US\$ 16 bilhões para US\$ 10 bilhões. Hoje, estão em US\$ 20 bilhões — disse Broda.

O consultor chega a dizer que, até agora, a crise ainda não aconteceu na Argentina. No México e no Chile, o otimismo não é tão

exaltado, mas nem por isso eles têm do que reclamar. Ambos os países devem crescer acima de 4% em 1998, bem acima da taxa brasileira, inferior a 2%.

— A crise foi sentida no Chile, sim, tanto que todos os indicadores se deterioraram depois de outubro. O PIB, por exemplo, que tinha crescido 6,9% até a crise, fechou 97 com 5,4% de aumento — disse Andrés Bianchi, do Dresdner Banque Nationale de Paris.

Balança de pagamentos pode ficar entre 3,5% e 3,8% do PIB

O discurso muda, porém, quando o país é comparado ao Brasil. Segundo Bianchi, a política do Chile de frear os investimentos de curto prazo deixou o país muito mais fortalecido no momento da crise. A política, aliás, foi elogiada por Gobind Nankani, diretor do Banco Mundial no Brasil.

— Entre as lições que ficam com a crise da Ásia certamente está uma seleção maior no fluxo de capitais — disse Nankani.

Pedro Malan concorda, tanto que acaba de restringir uma das formas de captação de recursos de curto prazo no país, a chamada resolução 63 ("caipira"). Além disso, segundo Malan, o Governo está promovendo reformas que vão alterar o perfil da economia.

— Podemos crescer com mais rapidez, mas antes precisamos lançar as bases econômicas para isso. Eu estaria preocupado se o Brasil estivesse crescendo 4% ao ano, sem modernizar a sua economia — destacou.

O ministro citou ainda estudos de fora do Governo que indicam que a balança de pagamentos deve cair para algo entre 3,5% e 3,8% do PIB, contra os 4,15% obtidos em 1997. O volume de investimentos de longo prazo, que era de R\$ 2,9 bilhões em 1994, já está na casa dos R\$ 18 bilhões.

— Apesar da crise, não soube de nenhuma empresa que tenha cancelado investimentos de longo prazo. Isso reforça a confiança no país — frisou Malan. ■